

Educação Patrimonial e Arqueologia em Santa Cruz na Serra das Andorinhas – Pará

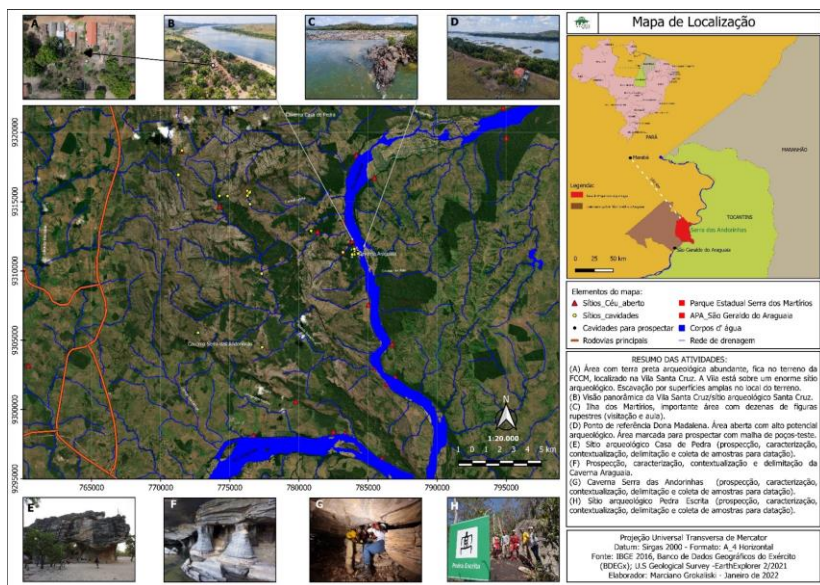
Mirtes Emília Almeida Manaças¹¹

A finalidade de apresentar parte de nossa proposta para o desenvolvimento da atividade de Educação Patrimonial na vila Santa Cruz², é contribuir com possíveis professores da educação básica que queiram desenvolver atividades de Educação Patrimonial em espaços semelhantes. Nossas atividades aconteceram como parte das ações planejadas pela equipe de educação patrimonial da Fundação Casa da Cultura de Marabá, como retorno para a comunidade residente ali na vila Santa Cruz, em virtude do curso de pós graduação em Cultura Material e Arqueologia em parceria com a Universidade de Passo Fundo, que realizou as aulas práticas do Sítio Escola naquela Vila.

Santa Cruz é uma Vila de pescadores às margens do Rio Araguaia no Município de São Geraldo do Araguaia no estado do Pará na Amazônia brasileira, e nosso público alvo será principalmente os alunos da Escola, mas as atividades aqui apresentadas também foram feitas com moradores adultos, uma vez que a vila está situada em cima de um sítio arqueológico (sítio Santa Cruz) e rodeada de outros sítios, inclusive, muito próxima a Ilha dos Martírios que é repleta de figuras rupestres nas pedras numa extensão de mais de dois (02) quilômetros. E vale mencionar aqui, que a comunidade de pescadores está há mais de 200 anos naquele espaço. Observe abaixo o mapa da região, e a localização da vila Santa Cruz. Figura 30: Mapa de Localização da Vila Santa Cruz.

¹ Graduação e Mestrado em história pela UFPA e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UPF e Bolsista da Fupf. Dedicar-se aos estudos das Relações de Gênero nas comunidades indígenas Xikrin e Surui no Pará na Amazônia brasileira e mais recentemente vem se dedicando aos estudos da História Indígena e Arqueologia na Serra das Andorinhas – PA em parceria com o núcleo de Pré-História e Arqueologia – Nupha, e a equipe do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura – NEMEC, ambos da Universidade de Passo Fundo.

² Conhecida popularmente como Serra das Andorinhas, essa área é dividida entre APA Araguaia e PESAM, e a Vila Santa Cruz está situada na APA Araguaia.



Fonte: Marciano Grokalski.

A ação educacional aqui proposta, foi pautada na compreensão de Educação Patrimonial como os “processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural [...], a fim de colaborar para sua preservação” (IPHAN, Art. 7º da PORTARIA Nº 375/ 2018). Nesse sentido, o desenvolvimento das atividades aqui propostas se deu por meio de um conjunto de ações que visaram efetivar a gestão compartilhada do patrimônio cultural, envolvendo patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados segundo a Instrução Normativa 001/2015. Reforçamos que, a adesão da comunidade é requisito essencial para a constituição de legitimidade e para o alcance dos objetivos que aqui estão propostos.

Sobre Patrimônio

Sobre a noção de Patrimônio, temos como marco inicial a Europa do século XIX, cuja concepção limitava esse conceito ao domínio da cultura material e em um estatuto do monumental (obras de artes, palácios etc.).

Cabendo exclusivamente às instituições de proteção e elites políticas, religiosas e econômicas a decisão do que tinha ou não valor.

Como marco nacional é importante citar a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 216 amplia o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, ao substituir a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Outra forma de ampliação foi a incorporação do conceito de referência cultural e o reconhecimento da dimensão imaterial de Patrimônio, passando a considerar a diversidade de povos existentes no Brasil e suas formas de viver.

Segundo Londres Fonseca (2001, p. 112):

Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu peso material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados.

A noção de Patrimônio Cultural passa então a englobar aquilo que Corsino (2000, p. 30) chamou de “domínios reconhecíveis da vida social, como as festas, as artes e os ofícios, os lugares de importância diferenciada”.

O artigo 225, parágrafo IV, da Constituição Federal de 1988, tornou os sítios arqueológicos patrimônio cultural brasileiro, com sua proteção garantida no já mencionado artigo 216. E com a Portaria nº 230 do IPHAN, de 17/12/2002, a Educação Patrimonial deixou de ser desempenhada exclusivamente por museus, passando a ser necessária nos Projetos de Arqueologia, conforme indicado no artigo 6º, parágrafo 7º da portaria em questão:

“O desenvolvimento dos estudos arqueológicos (...) em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e escritório (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos ...” (MINC, 2002, p. 3).

Uma das formas de proteção ao Patrimônio, previstas na Instrução Normativa 001/2015, é a realização dos Estudos de Impactos ao Patrimônio (EIP). Essa referência legal considera como bens culturais acautelados, em âmbito federal, o patrimônio tombado, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; o patrimônio arqueológico, protegido conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961; o patrimônio registrado, segundo o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e os bens valorados, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

Desde então exige-se que os Projetos Integrados de Educação Patrimonial desenvolvam ações educativas que integrem patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados, não numa noção de “alfabetização cultural”, mas sim visando estreitar os vínculos de afeto existentes entre as comunidades e seu Patrimônio Cultural, no sentido de instituir consciência de gestão compartilhada.

Em uma publicação do IPHAN datada de 2014, organizada por Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote, intitulada “Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos”, está como objetivo da educação patrimonial, e das instituições que a desenvolvem, “criar espaços de aprendizagem e interação que facilitem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio” (Florêncio et al, 2014, apud TOLENTINO, 2016). Além disso, a Educação Patrimonial é vista como um processo que visa não só o conhecer para preservar, mas uma reflexão crítica acerca dos bens “consagrados”, e de suas próprias referências culturais.

A Portaria 375/2018, que Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan, no seu Art. 2º, inciso VI, vem reforçar o papel da sociedade na preservação do patrimônio cultural, afirmando que “deve ser assegurada à

sociedade a participação ativa na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material”.

Conforme a Carta de Lausanne, art. 7º:

“A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio. (...)”.

Saliente-se ainda que, a apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público viabiliza a consciência do papel de cada um na proteção do Patrimônio Cultural, possibilitando às comunidades não apenas o contato com sua História e suas referências culturais, mas, a reflexão sobre suas trajetórias no tempo e no espaço, e a compreensão das dinâmicas culturais em que estão inseridas. E, assim, tomar consciência acerca de seu papel social na realidade local e na proteção do Patrimônio Cultural.

Sobre Educação Patrimonial?

Mas, o que é Educação Patrimonial? A conceituação sobre educação patrimonial não é algo de fácil definição, Átila Tolentino (2016) propõem que é bem melhor pensar no que ela não é, ao em vez de tentar definir o que ela seria. Então, precisamos passar a compreender a educação patrimonial através das suas falácias que são impostas e deturpam a compreensão real da questão.

Assim, Tolentino (2016) define cinco falácias que são construídas com respeito à educação patrimonial. A primeira, de acordo com o autor, está na compreensão da educação patrimonial como uma metodologia que pode ser usada como instrumento para a alfabetização cultural. Segundo ele, há dois problemas concernente a essa questão que são: o primeiro é que compreender a educação patrimonial como uma metodologia, induz a percepção dessa atividade como uma prática instrutiva, isto é, ela é apenas considerada uma mera transmissão do conhecimento, e não a concebe como uma construção e apropriação social.

O segundo problema, de acordo com Tolentino (2016), está em afirmar que a educação patrimonial pode ser usada como instrumento de alfabetização cultural. Pressupor essa questão, é deduzir o “outro” como não produtor e protagonista de sua própria cultura. A questão, é que reafirmar essa perspectiva e buscar compreender a educação patrimonial como uma metodologia e não um processo, é esquecer que ela é formada por vários métodos diferentes que leva em consideração as especificidades e particularidades de cada caso, dependendo do público alvo, do ambiente e diferentes contextos sociais (TOLENTINO, 2016).

A segunda falácia é com relação ao surgimento da educação patrimonial no Brasil, que é determinado como marco zero no ano de 1983. No entanto, Tolentino (2016) afirma que, a educação patrimonial surgiu muito antes do próprio termo, já sendo desenvolvida no âmbito de museus e outras instituições muito tempo antes do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos que é reconhecido como o ponto de partida para o termo. A terceira falácia que o autor apresenta, é sobre compreender a educação patrimonial como conscientização da população para a preservação do patrimônio cultural. Se não podemos falar em alfabetização cultural, então, não poderemos mencionar a conscientização da população como se estivéssemos trazendo luz ao conhecimento do outro, que estava obscurecido e precisava de redenção.

A quarta questão, diz respeito a educação patrimonial como destinada aos patrimônios tutelados pelo o Estado. O problema dessa concepção, segundo Tolentino (2016), é que muitos dos projetos e ações de educação patrimonial são voltados exclusivamente para os patrimônios consagrados pelo Estado. Assim, a educação patrimonial é pensada através de um patrimônio cultural elitizado e fetichizado, cabendo ao aluno aceitá-lo, mesmo que não se identifique com ele. No entanto, o patrimônio está inserido em um campo de conflito, e por isso as ações educativas devem levar em conta as práticas políticas, tendo em mente que a memória e o esquecimento são produtos sociais (TOLENTINO, 2016).

Sobre essa questão, acrescenta Tolentino (2016, p. 44)

Atuar com educação patrimonial é, sobretudo,
fazer uma reflexão nesse sentido e não atuar de

uma forma passiva em relação a um patrimônio fetichizado, que já vem pronto e determinado. É necessário compreender o patrimônio de forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é o patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos.

A última falácia apresentada, indica que é necessário conhecer para preservar. De certa forma, isso faz sentido, mas, não é algo suficiente para preservar o patrimônio cultural, e nesse caso, especificamente o arqueológico. Logo, somente saber, por saber, não traz consigo questões que são necessárias para se pensar na efetivação de ações educacionais que busquem trabalhar com o patrimônio cultural brasileiro. Como se estivéssemos trazendo luz ao conhecimento do outro, que estava obscurecido e precisava de redenção, como já foi dito.

Permeado por diversos conflitos, o processo de seleção em muitas ocasiões, ocorreu através do esquecimento e fetichização de monumentos que em nada se apresentavam como um marcador de pertencimento identitário de alguns grupos. A esses indivíduos, esse patrimônio não traz nenhuma representatividade do que seria a constituição de suas vivências e, nesse caso, suas histórias.

Sendo redundante, o campo do patrimônio, como bem já sabemos, é um campo marcado por conflitos e de construção social, no qual, adentrar nesse espaço, não é algo que possa ser feito de forma simplória, e para que a educação patrimonial possa torna-se algo efetivo, isso demanda ir além do mero conhecer para preservar, é preciso que se convide a refletir de forma crítica, e somente após esse exercício reflexivo, buscar a transformação da realidade (TOLENTINO, 2016).

Sobre a aproximação da educação patrimonial com arqueologia

Como ocorreu essa aproximação da educação patrimonial e a arqueologia? Isso ocorre com a promulgação da portaria do IPHAN nº 230, que em seu § 7 e Art. 6, afirma que as pesquisas arqueológicas, implicam trabalhos de laboratórios e gabinetes como: limpeza, triagem, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, e o programa de Educação Patrimonial. Então, é nesse momento que é compreendido de forma legal a aproximação entre a arqueologia e a educação patrimonial. No entanto, algo que deve ficar claro, é que esse marco de aproximação, é um marco legal, dentro da legalidade da lei que anteriormente não tinha como necessário no âmbito da pesquisa arqueológica, o trabalho de programas de educação patrimonial.

Carla Gibertoni Carneiro (2014), alerta que é importante salientar que essa aproximação não se concretizou somente a partir dessa legislação específica, mas que é importante não perder de vista referências e experiências educacionais anteriores relacionadas à arqueologia. A autora afirma que nessa trajetória, é inegável a relevância da participação dos museus nessa socialização do conhecimento arqueológico nas décadas de 1970 e 1980. Instituições como o Instituto de Pré-História e Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, Santa Catarina, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, no Estado do Pará, foram as primeiras a realizar atividades de ações educativas sobre o patrimônio arqueológico em meados dos anos de 1980.

A questão, é que, essa portaria promulgada no IPHAN, traz à tona a indispensabilidade da educação patrimonial como uma das etapas a serem cumpridas no desenvolvimento da pesquisa arqueológica no âmbito do licenciamento ambiental. Assim, a Instrução Normativa nº 001 de 25 março de 2015, reforça essa tônica, ao detalhar de forma mais explícita o que se compreende por um programa de educação patrimonial. Porém, os dilemas ainda estão postos na educação patrimonial, como apresentados acima, que também acabam por se estender à arqueologia no momento em que essas ações são pensadas em conjunto.

Logo, os desafios tornam-se diversos, a exemplo, o curto período que os programas possuem para realização das atividades, sem mencionar a dificuldade de ampliação do público dessas ações, que em muitos casos, fica

restrita ao ambiente escolar e as particularidade de cada contexto dos programas, que interfere diretamente no tempo de execução dos projetos, como o próprio conhecimento das comunidades beneficiárias que irão receber essas atividades, que necessita de um tempo hábil para que isso aconteça (BAIMA; BIONDO; NITO, 2015). Logo, os desafios, assim como as possibilidades são diversas, e ainda há muito a se discutir e avançar no que tange a questão da educação patrimonial e a arqueologia.

Dito isso, apresentaremos 03 modelos/exemplos de oficinas que podem ser desenvolvidas como atividades, seja com as crianças e adolescentes, seja com adultos. Essas atividades foram realizadas na comunidade da vila Santa Cruz.

Ao longo de cada oficina, não se deve perder de vista a ideia de que a ação tem como finalidade proporcionar ao público, experiências que contribuam para a reflexão acerca dos Patrimônios consagrados e, desenvolver um sentimento de pertencimento para com o Patrimônio Arqueológico e de corresponsabilidade pela proteção do nosso Patrimônio Cultural. E não negligencie que a oficina deve fazer sentido para os participantes.

Uma proposta de ação de educação patrimonial para Vila Santa Cruz

Oficina 1 - O tesouro: uma experiência de arqueólogo

Introdução

Qual a importância da arqueologia para sociedade atual? É através da Arqueologia que podemos acessar registros de ocupações pretéritas, e a partir de sua cultura material, conhecer um pouco acerca dos seus modos de vida. O Patrimônio Arqueológico em alguns casos é a única fonte disponível para se estudar civilizações extintas.

Desse modo, é no artefato arqueológico que encontramos os documentos necessários para interpretar o passado e construir a história das sociedades pretéritas que habitaram aquela região. É por isso, que a atividade do arqueólogo se torna tão importante para a sociedade, pelo fato de trazer essa contribuição à história local e regional ao desvelar por meio de seu ofício, a existência desses bens culturais que contam a nossa história. Entender sua importância, e perceber essa cultura material como parte do nosso passado, é

necessário para a constituição de um sentimento de pertencimento e, de corresponsabilidade pela proteção dos nossos Patrimônios Culturais.

Duração:

- 2 horas e 30 minutos.

Procedimentos Metodológicos:

Com a exibição do Vídeo do Komum, traremos a reflexão de exemplo dos processos que culminaram com invenções. O vídeo ajuda a entender como as pessoas do passado criaram os objetos e desenvolveram suas tecnologias, e que, geralmente, essas criações eram para atender uma necessidade. É o caso das lâminas de machado, das pontas de flecha, etc.

Nesse momento serão apresentadas algumas peças encontradas no próprio Sítio Santa Cruz, permitindo aos participantes, reflexões sobre alguns artefatos de lítico e de cerâmica, bem como algumas peças de material histórico, dentre elas moedas, garrafas e fragmentos de faiança, também encontradas durante o sítio escola da pós graduação (2022).

Durante esse contato, é importante destacar que nem sempre tais tecnologias são substituídas por outras de imediato, ocasionalmente há uma relação acumulativa delas. É o caso dos objetos em pedra lascada (mais antigos) e depois surge a pedra polida, e a cerâmica. Mesmo quando surge o ferro, ainda assim a substituição, se deu de forma muito gradativa.

Para o desenvolvimento introdutório, iremos exibir um pequeno vídeo de oito minutos, chamado: BRINCANDO COM O PASSADO NO MUSEU. Link <https://youtu.be/27K6PWmbF-M>

Em seguida será projetado e lido em forma de diálogo por dois membros da equipe (um homem e uma mulher) o texto “O Lixo” de Luís Fernando Veríssimo. O texto trata de dois vizinhos que nunca tinham se visto, mas que de tanto revirar o lixo um do outro passam a se conhecer muito bem. E quando se encontram na portaria do prédio colocaram à prova as informações obtidas. O exercício de interpretação dos vestígios apresentado na leitura “O Lixo” representa bem o trabalho investigativo desenvolvido pelo arqueólogo, e evidencia a possibilidade de se obter informação sobre o cotidiano de uma pessoa ou grupo a partir de seus objetos, mesmo que eles não tenham valor (sequer afetivo), ao ponto de terem sido descartados.

Durante a explanação sobre as etapas do trabalho arqueológico será exposta à turma fotos e vídeos feitos no trabalho de campo de nossa equipe no

sítio escola ali em Santa Cruz, possibilitando reflexões sobre o trabalho do arqueólogo. Nesse momento também serão apresentadas fotos das ferramentas que são utilizadas pelos os arqueólogos no seu ofício (pá, enxada, cavadeira, cavador, etc.).

Atividade prática

Faremos uma visitação pelas ruas de Santa Cruz, observando casas e/ou muros em construção, e os participantes devem coletar cerâmicas encontradas nas escavações dessas construções. Após a coleta do material, os participantes acondicionarão o material em sacos plásticos e os conduzirá para o laboratório (previamente montado no pátio da escola), onde farão a higienização e análise com lupas. O próximo passo será a tentativa de reconstituição das peças, por meio da colagem. Obs.: antes de iniciar as atividades, será preparado um espaço para laboratório, no qual se realizará higienização.

Materiais Necessários

PASSOS	ITENS
APRESENTAÇÃO	Caixa de som, Datashow, notebook, arquivos de vídeo e extensão elétrica.
VISITAÇÃO/ESCAVAÇÃO	espátulas, colher de pedreiro, pincéis, balde, peneiras, pá
HIGIENIZAÇÃO	bacias com água, pincéis macios nº 10, escova de dente macia, algodão, álcool, palito para churrasco
ANÁLISE	03 Lupas e 03 adaptadores de tomada
COLAGEM	mesa grande, ligas de amarrar dinheiro, cola Cascorez – extra adesivo pva/CASCOLA (usaremos a cola por ser apenas um exercício), embalagens pequenas para distribuir a cola

Oficina 2 – O ofício de Arqueólogo

Introdução

Esta oficina tem como propósito discutir o conceito de Arqueologia e as suas metodologias de estudo, além de promover o conhecimento e incitar uma reflexão acerca da importância do Patrimônio Arqueológico, que por sua vez, é a principal fonte de informação sobre os modos de vida de populações extintas ou de acontecimentos que não possuem registro escrito.

Duração:

3 horas.

Procedimentos Metodológicos:

Utilizando como recurso alguns slides, será apresentado à turma o conceito, o objeto de estudo e a metodologia de trabalho da Arqueologia. Em função de comumente ser confundida com outras áreas de conhecimento, também será feita uma comparação com a Paleontologia, no intuito de esclarecer as diferenças entre as duas ciências.

Ainda na apresentação, será abordado o que é Cultura Material (objeto de estudo da Arqueologia) – que pode ser identificada como qualquer objeto que tenha registro de interferência humana, podendo ser, por exemplo: uma ponta de flecha, potes de cerâmica, gravuras rupestres, estruturas de fogueiras, fundações de construções, entre outros, que contextualizados, podem contar muito sobre uma comunidade, desde o tamanho do grupo e o tipo de alimentação, ou mesmo como se dava a divisão de tarefas dentro da sociedade estudada. Também deverá ser feito uma reflexão sobre o que é um sítio arqueológico e os tipos de sítio mais encontrados.

Durante a explanação sobre as etapas do trabalho arqueológico, será exposta aos participantes fotos do sítio arqueológico Santa Cruz (que residem em cima) e nas proximidades (Ilha dos Martírios), para reflexões sobre a importância da comunidade na preservação desses sítios. Com o auxílio do Datashow deverá ser apresentado para os participantes, imagens das atividades no laboratório da Fundação Casa da Cultura de Marabá, espaço onde cuidou-se das etapas de higienização, análise e acondicionamento do material retirado do sítio Santa Cruz.

Nesse momento serão apresentadas algumas peças arqueológicas de outros sítios da região, permitindo o contato dos participantes com alguns artefatos de líticos e de cerâmicas com características diversas e preferencialmente diferentes das encontradas em Santa Cruz, no intuito de que

percebam a singularidade e riqueza existente nos variados sítios arqueológicos da região.

Após participarem das considerações acima descritas, serão conduzidos à duas mesas, onde manusearão argila e produzirão algumas peças de cerâmica. Depois de demonstrar parte do processo de confecção, serão dados alguns exemplos das motivações que levaram nossos ancestrais a confeccionarem peças em cerâmica: para enterros (urna funerária), para armazenar água, para cozer alimentos, etc. Em seguida serão distribuídas porções de argila e iniciada a confecção das peças.

Atividade prática

Faremos uma atividade de “modelagem com argila” que promoverá além da produção de algumas “réplicas” de material arqueológico de Santa Cruz, a reflexão sobre o “saber fazer” da tradição cerâmica que persiste enquanto prática de algumas sociedades tradicionais, principalmente indígenas, inclusive ainda transmitidas de geração a geração por meio da oralidade e da observação. Esta atividade lúdica funciona como exercício de fixação sobre o que foi dito a respeito da cerâmica e de outros materiais que foram transformados por nossos ancestrais para a produção de objetos.

Materiais Necessários

Para produção com argila

QTD	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
04	Mesas de madeira (p 40 participantes)	Pregar juta na lateral
40 kg	Argila	Suficiente para 100 participantes
20	Saco plástico	Para lixo
100	Jornal velho (folhas)	Necessário para a secagem dos objetos confeccionados.

Para organização

<i>QTD</i>	DESCRIÇÃO
01	Agendar o espaço da oficina
01	Datashow
01	Cabo HDMI
01	Extensão elétrica
01	Notebook

Oficina 3 – Arte Rupestre - sobre a pré-história: caverna do passado e caverna do presente.**Introdução**

A atividade tem como objetivo mostrar aos participantes o longo processo que a humanidade experimentou desde os registros dos primeiros homínídeos até o estabelecimento do Homo Sapiens por todo o planeta. Destacando entre outros aspectos a sua relação com o meio ambiente, os movimentos migratórios e a importância de práticas adotadas por esses grupos fundamentais a sua sobrevivência. Dessa forma discutiremos aspectos culturais das sociedades do passado distante para que o público consiga perceber as diferentes etapas da ocupação do homem na terra. E assim, despertar a reflexão sobre o processo vivido pelo homem no período conhecido como “Pré-História”.

O principal objetivo da atividade é utilizar a Arte Rupestre, um dos principais aspectos culturais dos povos “Pré-históricos”, para criar uma ponte entre os objetos/símbolos do passado e os do presente, abordando algumas teorias sobre quais seriam as motivações que levaram nossos ancestrais a tais produções. Além de apresentar algumas considerações acerca das descobertas arqueológicas na região.

Duração:

- 3 horas.

Procedimentos Metodológicos:

Serão impressas em papel A0 duas imagens de cavernas vizinhas a vila Santa Cruz e fixadas nas paredes da Escola. A parte da entrada da caverna será

recortada e desmembrada do restante da caverna para ser fixada em papel quarenta quilos, que servirão para os participantes da atividade realizarem suas pinturas.

A oficina se iniciará em uma sala de aula da escola, onde utilizando como recurso alguns slides, será apresentado aos participantes o que é Arte Rupestre, algumas variações de técnicas utilizadas para sua produção, e possíveis motivações para sua elaboração.

Posteriormente a turma será conduzida à área externa, para participar da atividade prática chamada “Caverna do Passado e Caverna do Presente”, ali os participantes serão orientados a pintarem com tinta guache alguns símbolos comuns aos nossos ancestrais na Caverna do Passado, e posteriormente, na Caverna do Presente, serão incitados a pintarem símbolos contemporâneos, aqueles que fazem parte do seu cotidiano e tem representação no seu dia a dia.

Materiais Necessários

Para pintura

<i>QTD.</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>OBSERVAÇÃO</i>
02	Pote de tinta guache preta (300ml)	
02	Pote de tinta guache branca (300ml)	
02	Pote de tinta guache vermelha (300ml)	
02	Pote de tinta guache amarela (300ml)	
100	Jornal velho	
20	Folha de papel quarenta quilos (marrom)	
01	Folha de compensado (2,20m x 1,60m x 15mm)	
01	Tinta Lenetex Acrílico base d'água (lata de 3,6 L)	
05	Bisnaga preta	
03	Bisnaga marrom	

Para palestra

<i>QTD.</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
01	Datashow
01	Extensão Elétrica
01	Notebook
01	Cabo HDMI
01	Caixa de som
01	Cabo de áudio

Para organização

<i>QTD.</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>OBSERVAÇÃO</i>
01	Mesa plástica	Para organizar a tinta e demais materiais a serem utilizados.
08	Tinta guache	Potes de quatro cores diferentes.
01	Caverna do Passado e Caverna do Presente	Material impresso e fixado nas paredes do pátio da escola.
01	Ilustração da produção de Arte Rupestre	Representação de um homem pintando uma rocha, em tamanho de papel A3 e fixado em um suporte.
	Jornal velho	Para colocar no chão e evitar que a tinta pegue no piso da escola.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155 a 202.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/canaa-dos-carajas_pa>.

Acesso em: 09 jul 2019.

BAIMA, Carlúcio; BIONDO, Fernanda; NITO, Mariana Kimie. Educação Patrimonial no Campo da Arqueologia: desafios e contribuições. **Rev. Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 9, No. s(11), p. 1-11, 2015.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 25 DE MARÇO DE 2015. **Procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental**, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf>. Acesso em: 11 fev 2020.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. Educação Patrimonial e Arqueologia: alguns aspectos desta interface. **Amazon, Rev. Antropol.** (Online) 6 (2): 442-458, 2014.

CORSINO, Célia Maria; LONDRES, Cecília; NETO, Antônio Augusto Arantes. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. **Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural**, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

FLORÊNCIO, Sônia. et al. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/canaa-dos-carajas/panorama>>. Acesso em: 09 jul 2019.

LONDRES FONSECA, Maria Cecília. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 2, p. 111-120, 2001.

MINC, Portaria. IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases de trabalho dos licenciamentos ambientais com os estudos preventivos de arqueologia. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_de_zembro_de_2002.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

PETTT, Pere. Chão de promessas. Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Paka-tatu, 2003.

Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás. Disponível em: <<https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/novo/historia/>>. Acesso em: 04 jul 2019.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: BRAGA, Emanuel Oliveira; TOLENTINO, Átila Bezerra. (Orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (caderno temático: 5).

UNESCO, ICOMOS e ICAHM. Carta de Lausanne. Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico, 1990.